



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9



**Processo nº:** 1.312/11 (2 volumes)

**Apensos nºs:** 040.001.629/09 (2 volumes), 480.000.412/09 e 138.002.017/08

**Jurisdicionada:** Região Administrativa de Ceilândia – RA IX

**Assunto:** Tomada de Contas Anual - TCA

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Publicação:** Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, referente ao exercício de 2008.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL foi autorizada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 3.132/13-CSPM).

Nesta fase: Apresentação de razões de justificativa. PARECERES CONVERGENTES, com acréscimos.

A Instrução sugere a procedência parcial da resposta oferecida, a irregularidade de algumas contas, a regularidade, com ressalva, de outras e a regularidade plena das demais.

O Ministério Público aquiesce à sugestão do Corpo Técnico, com acréscimo de incluir no rol de irregularidades o subitem 2.1.1.4 (falhas na revitalização de Centro Cultural).

Na Sessão de 21.1.2016, VOTEI pela regularidade, com ressalva, de algumas contas e regularidade plena das demais.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Parquet especializado (Decisão nº 52/16- CPM).

O nobre Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA pugna pela manutenção do entendimento anteriormente esposado pelo Órgão Ministerial.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

Na Sessão de 17.3.2016, alterei meu posicionamento para VOTAR pela regularidade plena de algumas contas e irregularidade de outras, em virtude da falha contida no subitem 2.1.1.1 (parcelamento do objeto licitatório na construção de calçada de acessibilidade).

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 1.277/16-CPM).

O nobre Revisor VOTA de acordo com meu entendimento inicial sobre a matéria, com adendo de inserir no rol de ressalvas os contratos tratados no âmbito do Processo nº 1.052/09.

Na Sessão de 23.6.2016, VOTEI parcialmente convergente com o Revisor, deixando de acolher o adendo proposto dado que tais contratos foram rescindidos antes mesmo da Decisão nº 669/09 (exarada no Processo nº 1.052/09).

VISTA DOS AUTOS deferida à Conselheira ANILCÉIA MACHADO (Decisão nº 3.196/16- CPM).

A 2ª Revisora acompanha o encaminhamento proposto por este Relator.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro PAULO TADEU (Decisão nº 3.615/16-CPM).

O 3º Revisor VOTA pelo acolhimento integral das sugestões da unidade técnica, no sentido de julgar regulares as contas de alguns responsáveis, regulares com ressalva as contas de outros e irregulares as dos demais, com aplicação de multa individual no valor de R\$ 4.000,00, com fundamento no art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94.

Reabertura da discussão (RI, art. 98, §6º). Distribuição antecipada do Parecer Complementar (Vista), dos Votos-Vista e do Voto deste Relator. Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 4836.

VOTO pela manutenção do encaminhamento anteriormente apresentado. Lavratura de acórdãos.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

### RELATÓRIO

Na S.O. de 21.1.2016 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto de fls. 332/334, o qual faço transcrever:

*“10. Nesta fase examinam-se as razões de justificativa apresentadas, em atenção à Decisão nº 3.132/13-CSPM, pelos Srs. Adauri da Silva Gomes (Administrador Regional), Renato Santana da Silva (Diretor de Administração Geral) e Leonardo Moraes (Administrador Regional) em face das seguintes falhas verificadas nas contas anuais da Região Administrativa IX - Ceilândia, referente ao exercício de 2008:*

*a) falhas constantes do Relatório de Auditoria nº 33/2010 - DIRAG/CONT (fls. 471/495 do processo apenso nº 040.001.629/09):*

*1) subitem 2.1.1.1 – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;*

*2) subitem 2.1.1.3 – inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI);*

*3) subitem 2.1.1.4 – ausência de comprovação de aquisição de materiais no pagamento de obras de engenharia;*

*b) falhas constantes do Relatório de Auditoria nº 21/2009 - DIRAG/CONT (fls. 113/142):*

*1) subitem 2.1.2 – impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – Reforma de Praça e Quadra Poliesportiva;*

*2) subitem 2.1.3 – impropriedade na execução do Contrato nº 7/2007;*

*3) subitem 2.1.4.2 – revitalização de Centro Cultural (Processo nº 138.001.774/07);*

*4) subitem 2.1.4.3 – construção de arquibancadas (Processo nº 138.001.768/07).*

*11. O Corpo Técnico concluiu que as respostas oferecidas não foram capazes de afastar as irregularidades, com exceção da apontada no subitem 2.1.1.4 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT, a qual, no seu entender, não macula as contas dos responsáveis.*

*12. Pontua ainda que, das análises efetuadas anteriormente nas Informações nºs 207/2011 (fls. 45/52) e 89/2013 (fls. 176/197), as seguintes ressalvas devem ser apostas às contas dos Agentes de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

### *Material:*

*a) subitem 5.1.1.1 (ausência de segregação e controle de materiais de terceiros estocados em almoxarifado) do Relatório de Auditoria nº 33/2010 -DIRAG/CONT (fls. 471/495 do Processo nº 040.001.629/09):*

*b) subitens 3 (bens doados sem identificação) e 4 (bens sem plaqueta de tombamento) do Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197/200 do Processo nº 040.001.629/09).*

*13. O Ministério Público aquiesce à sugestão da Instrução, com acréscimo de que o subitem 2.1.1.4 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT seja mantido no rol de irregularidades.*

*14. Passo a análise da matéria.*

*15. Os três contratos de construção de calçadas de acessibilidade (subitem 2.1.1.1), formalizados mediante sucessivos convites, são de menor materialidade, totalizando R\$ 333.687,76 (fl. 481 do Processo nº 040.001.629/09) e não há nos autos questionamentos quanto à efetiva execução dos serviços. Portanto, entendo ser suficiente a oposição de ressalva as contas.*

*16. As impropriedades na fixação de percentuais de itens unitários constantes de Bonificações de Despesas Indiretas – BDI (subitem 2.1.1.3) também merecem ser ponderadas. À época dos fatos, a matéria não era pacificada nesta Corte, cujas deliberações tratavam de casos concretos. Atualmente o inciso VIII da Decisão nº 623/12-CSPM1 dispõe sobre o tema, incidindo efeitos sobre toda a Administração Pública Distrital.*

*17. No que tange ao subitem 2.1.1.4, alinho-me ao Corpo Técnico por não restar configurada a irregularidade.*

*18. Quanto às falhas constantes dos subitens 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4.2 e 2.1.4.3 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 -DIRAG/CONT, estas são formais e não apresentam materialidade suficiente para impactar as contas com a pecha da irregularidade.*

*19. Em relação as ressalvas apontadas às contas dos Agentes de Material (subitens 5.1.1.1, 3 e 4), verifica-se que são pontuais e não ocasionaram prejuízos ao erário. Assim, a quitação plena aos*

---

<sup>1</sup> DECISÃO Nº 623/12-CSPM: “[...] VIII. **determinar a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Distrital** que excluam dos orçamentos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos tributos citados, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 1.312/11  
Rubrica

*responsáveis parece ser a medida mais adequada ao caso.*

*20. As demais falhas apontadas pela Unidade Instrutiva<sup>2</sup> (Informação de fls. 176/197) ao meu ver não influenciam no julgamento destas contas, podendo ser relevadas.*

*21. Por fim, registro que as contas dos Srs. Arthur Bernardes de Miranda, Thalles Wanzeller Ribeiro e Juscelino Moura da Silva, ordenadores de despesa, e do Sr. Nilton Costa Macedo, agente de material, podem ser julgadas regulares, em razão de não terem cometido irregularidades no curto período de suas gestões.*

*Dessa forma, lamentando divergir dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:*

*I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Aduari da Silva Gomes (fls. 229/238), Renato Santana da Silva (fls. 251/253) e Leonardo Moraes (fls. 257/264 e 282/289) para, no mérito, considerá-las improcedentes;*

*II. julgue:*

*a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Francisco José Araújo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 1.1 a 10.4.2008), Jaci Lino da Cruz (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 11.4 a 14.10.2008), Edvan Matos Oliveira (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008), Arthur Bernardes de Miranda (Administrador Regional – Substituto, no período de 7 a 21.1.2008), Thalles Wanzeller Ribeiro (Diretor de Administração Geral, no período de 18 a 31.12.2008), Juscelino Moura da Silva (Diretor de Administração Geral – Substituto, no período de 28.3 a 11.4 e 23.5 a 6.6.2008) e Nilton Costa Macedo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprio – Substituto, no período de 27.10 a 25.11.2008);*

*b) com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, c/c art. 167, inciso II do RI/TCDF, regulares, com ressalvas, as contas dos Srs. Aduari da Silva Gomes (Administrador Regional, no período de 1º a 6.1 e 22.1 a 7.8.2008), Leonardo Moraes (Administrador Regional, no período de 8.8 a 31.12.2008) e Renato Santana da Silva*

<sup>2</sup> Subitens 1.3.2 (pagamento de despesas correntes de próprios do Distrito Federal não constantes da carga geral da RA-IX), 2.1.1.2 (ausência de prova de recolhimento de caução contratual) e 11 (providências a informar, relativamente ao Relatório de Inspeção nº 02/200/CONT – Processo nº 480.000.421/09) do Relatório de Auditoria nº 33/10 – DIRAG/CONT (fls. 471/495 do Processo nº 040.001.629/09), 1.2 (permissionários a receber) do Relatório de Conformidade Contábil (fls. 315/317 do processo apenso nº 040.001.629/09) e 2.1.4.4 (ausência do termo de recebimento definitivo da obra de construção de salão orçamentário) do Relatório de Auditoria nº 21/09 – DIRAG/CONT (fls. 113/142).





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*(Diretor de Administração Geral, no período de 1.1 a 27.3, 12.4 a 22.5 e 7.6 a 17.12.2008), em face das seguintes falhas:*

1) subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;

2) subitem 2.1.1.3 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI);

3) subitem 2.1.2 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 - DIRAG/CONT – impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – reforma de praça e quadra poliesportiva;

4) subitem 2.1.3 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 - DIRAG/CONT – impropriedade na execução do Contrato nº 7/2007;

5) subitem 2.1.4.2 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 - DIRAG/CONT – revitalização de Centro Cultural (Processo nº 138.001.774/07);

6) subitem 2.1.4.3 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 - DIRAG/CONT – construção de arquibancadas (Processo nº 138.001.768/07);

III. determine, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 01/94, aos responsáveis ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;

V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VI. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do Processo nº 138.002.017/08 (apensado o Processo nº 480.000.412/09) à Região Administrativa IX;”

2. Naquela assentada, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRA LIMA, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 52/16-CPM, fl. 336).

3. O douto **Parquet** especializado manifestou-se por meio do Parecer Complementar (Vista), de fls. 337/357, com o seguinte teor:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

“12. Nesse contexto, transcrevo a análise do Corpo Técnico, que será seguida da manifestação deste Órgão Ministerial.

[...]

13. A d. Segunda Procuradoria, a teor do Parecer nº 505/2015-CF, anuiu com a proposta de julgamento pela irregularidade das contas sugerida pelo Corpo Instrutivo.

14. Deve-se destacar que o exame realizado pelo Controle Interno leva em conta amostra dos procedimentos licitatórios entabulados pelo órgão distrital. Com feito, não é improvável aventar que a irregularidade em destaque também tenha ocorrido em outros ajustes firmados pela jurisdicionada.

15. Ao acessar o sistema SIGGO, foi possível verificar que as avenças identificadas pelo Controle Interno no subitem foram firmadas com as sociedades empresárias Skala Construtora (CNPJ 06.878.908/0001-89) e Menezes Engenharia e Construções (CNPJ 07.234.598/0001-22). O aludido sistema indica, ainda, que os empenhos emitidos em 2008 em favor das entidades alcançaram o importe de R\$ 1.169.878,77, conforme explicitado na tabela abaixo:

<b>Skala Construtora – CNPJ 06.878.908/0001-89</b>		
<b>Convite</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>
012/2008	Reforma da Escola Classe 48, na EQNP 26/30, P.S Sul	R\$ 148.016,58
023/2008	Reforma da feira do Setor O com colocação de alamedas e a acessibilidade	R\$ 145.439,10
024/2008	Construção de Calçadas de acessibilidade no Condomínio Privê	R\$ 144.532,30
027/2008	Construção de campo de areia, reforma de quadra poliesportiva na EQNO 04/06.	R\$ 147.417,42
<b>Total</b>		<b>R\$ 585.405,40</b>
<b>Menezes Engenharia e Construções – CNPJ 07.234.598/0001-22</b>		
<b>Convite</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>
08/2008	Construção de calçadas de acessibilidade nas estações do Metrô na Via N-2 da QNN 14 a QNN 16	R\$ 96.991,86
09/2008	Construção de calçadas de acessibilidade nas escolas de Ceilândia	R\$ 97.379,36
41/2008	Construção de praça com colocação de parque infantil, KIT malhadinha, mesas e bancos na EQNN 23/25 – Ceilândia	R\$ 146.992,51
42/2008	Reforma de quadra poliesportiva na Escola Classe 06, Localizada na EQNM 04/06 – Ceilândia	R\$ 97.000,00
47/2008	Construção dos banheiros e revisão da cobertura da Feira do Setor P. Sul	R\$ 146.109,64
<b>Total</b>		<b>R\$ 584.257,61</b>

16. Depreende-se da tabela acima que todos os mencionados documentos contábeis são atinentes a convites para realização de obras na Administração Regional. O valor identificado, aos olhos do MPC/DF, é assaz representativo para robustecer a relevância do achado.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

17. Ainda em pesquisa no SIGGO, este Órgão Ministerial observou que em uma amostra de 21 convites para execução de obras/serviços de engenharia realizados pela RA – IX no exercício de 2008, houve sistemática repetição das sociedades empresárias que contrataram com o Administração, indicando violação ao princípio da impessoalidade e que as convidadas eram sempre as mesmas, conforme demonstrado abaixo:

Sociedade empresária contratada	Convites
Tec Construtora Ltda.	001/2008, 003/2008, 19/2008, 032/2008, 038/2008, 037/2008, 040/2008 e 035/2008.
MG Construtora Ltda.	014/2008, 017/2008, 020/2008 e 030/2008
Menezes Engenharia e Construções Ltda.	008/2008, 009/2008, 041/2008, 042/2008 e 047/0008
Skala Construtora Ltda.	012/2008, 023/2008, 024/2008 e 027/2008.

18. Nessa toada, saliento que os empenhos emitidos no exercício de 2008 em favor das aludidas sociedades empresárias somaram R\$ 3.023.106,38.

19. Forçoso ressaltar que nos autos do Processo nº 8.780/2014, que alberga a Representação nº 11/2014-ML, a c. Corte de Contas, por meio da r. Decisão nº 4.996/2015, sancionou gestores responsáveis por fracionamento irregular de licitação na Administração Regional de São Sebastião – RA XIV. Os ajustes considerados no r. Decisum totalizaram valor aproximado ao identificado por este MPC/DF no feito ora em exame. Ante a penalidade aplicada, percebe-se o repúdio desta c. Corte de Contas à impropriedade ora em destaque. A propósito, os termos da citada deliberação:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 146/2015-3ª Diacomp (fls. 338/352); b) do Parecer n.º 810/2015-ML (fls. 354/367); II – considerar, no mérito, improcedentes as razões de justificativa apresentadas às fls. 277/289 e 318/330, aplicando, na forma prevista no inciso II, do art. 57, da Lei Complementar n.º 01/1994, aos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização de fl. 337, multa individual no valor de R\$ 1.169,80, em decorrência da realização de fracionamento irregular de licitações no bojo dos Convites n.ºs 32/13, 33/13, 34/13 e 36/13 e dos Convites n.ºs 37/13 e 38/13, em ofensa ao disposto no § 5º, do art. 23, da Lei n.º 8.666/1993; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – autorizar: a) a ciência desta decisão aos interessados; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”

20. No que concerne ao achado em exame, a análise do Controle





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*Interno indica que os Processos nºs 138.000.713/2008, 138.001.463/2008 e 138.001.730/2008 tratam da contratação de sociedades empresárias para a realização de construção de calçadas de acessibilidade em Ceilândia. Diante disso, conforme relatado pela então CGDF, a possibilidade de realização em conjunto e concomitante dos objetos na mesma RA indica indevido fracionamento das contratações.*

*21. Vale enfatizar que, ante a existência de serviços semelhantes, com possibilidade de serem executados conjunta e concomitantemente, o art. 23, § 5º, da Lei de Licitações e Contratos<sup>6</sup> impõe o somatório dos valores envolvidos nas contratações para adoção de modalidade de licitação mais complexa, sob pena de indevido fracionamento de despesa ou contratação<sup>7</sup> e de violação ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração, uma vez que uma única contratação poderia ocasionar economia de escala.*

*22. Desta feita, conforme asseverou o Corpo Instrutivo, as irregularidades não merecem ser afastadas, posto os esclarecimentos não terem trazido aos autos quaisquer elementos que pudessem infirmá-las ou justificá-las devidamente.*

*23. In casu, a RA IX adotou diversos convites de natureza semelhante, o que culminou por modificar o regime jurídico aplicável, em afronta ao art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, visto ser evidente a semelhança dos objetos licitados, reconhecida por um dos justificantes, e a possibilidade de execução conjunta e concomitante na mesma localidade. Nesse aspecto, impede destacar que a jurisprudência do c. TCU deixou assente que quando há identidade de potenciais interessados para contratação de serviços de mesma natureza, não há que se realizar licitações distintas. O aludido v. Acórdão da c. Corte de Contas Federal estabelece, ainda, que o termo mesmo local contido no art. 23, § 5º, condiz com conceito de região geo-econômica<sup>8</sup>.*

*24. Outrossim, a possibilidade de dano decorre da mitigação do caráter competitivo dos certames, uma vez que as condições de publicidade, no que tange aos meios de divulgação e aos prazos para recebimento das propostas após a divulgação do instrumento convocatório, têm menor amplitude e menor visibilidade no convite do que na concorrência ou na tomada de preços, conforme os arts. 21 e 22 da Lei nº 8.666/1993.*

*25. Não é despidendo rememorar que o exame do Controle Interno serve de baliza para a atuação desta c. Corte de Contas, em razão da atribuição estabelecida no art. 74, IV, da Constituição Federal; entretanto, a apreciação empreendida nos órgãos de apoio ao Controle Externo não deve limitar o escopo de atuação desta c. Corte de Contas. Dessa forma, ante a identificação de irregularidade no exercício, como é o caso do descumprimento do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, é possível ampliar a amostra*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*analisada, de modo a nortear o melhor encaminhamento para o julgamento das contas, máxime em razão da desejável verdade real que deve conduzir o processo administrativo.*

*26. As irregularidades reportadas nesta peça apenas corroboram o exame já realizado no presente feito. Destarte, no sentir deste Parquet especializado, outro não pode ser o encaminhamento para o julgamento das presentes contas, senão aquele proposto pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 319/2014 – SECONT/2ª DICONT, fls. 294/313 e no Parecer nº 505/2015-CF, fls. 314/319, qual seja: a improcedência das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Adauri da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva e o consequente julgamento irregular da gestão da RA IX, relativa ao exercício de 2008.*

*[...]*

*27. O MPC/DF, em Parecer da d. Segunda Procuradoria, aquiesceu com o entendimento do Corpo Instrutivo (Parecer nº 505/2015-CF, fls. 314/319).*

*28. Ao apreciar o feito, relembro ser peremptório o cumprimento do disposto no art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993 pelos órgãos da Administração, que exige a especificação dos custos unitários em planilha orçamentária. A disciplina legal em destaque é cogente e deve nortear a ação dos gestores públicos, independente de determinação deste e. TCDF, em estrita observância ao princípio da legalidade estrita.*

*29. Contudo, deve-se destacar que a jurisprudência emanada desta c. Corte de Contas no exame de casos concretos (e.g. as rr. Decisões nºs 8.229/1998, 3.452/2003 e 4.033/2007) apregoa constituir irregularidade grave a inclusão de impostos personalíssimos, de despesa genéricas e de custos diretos no BDI, notadamente por permitir o enriquecimento ilícito da contratada.*

*30. Em relação ao evidenciado no subitem 2.1.1.3 - inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesas indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI), este Parquet especializado destaca que houve afronta ao disposto no art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993, e na Súmula nº 258 do e. TCU.*

*31. A propósito, eis o que dispõe a mencionada súmula da e. Corte Federal:*

*“Súmula 258. As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.” (Grifos acrescidos).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

32. É cediço que as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI são partes do orçamento que compõem o projeto básico de obra ou serviço, devendo ser minuciosamente detalhados. Cita-se, nesse contexto, a doutrina de Marçal Justen Filho, para quem “caberá à Administração fiscalizar o BDI contemplado na proposta do particular, para verificar a correção dos cálculos – inclusive para fins de aceitabilidade dos preços unitários” 9 .

33. Com efeito, a composição do custo unitário do BDI deve ser realizada de forma detalhada e não genérica, em conformidade com o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993. Nos pactos mencionados no achado em destaque, esse comando normativo foi desrespeitado, em razão da apresentação genérica do BDI.

34. Sem o detalhamento de sua composição, o BDI pode agregar as parcelas do IRPJ e CSLL sobre o lucro auferido que não poderiam compor a proposta de preços, seja no BDI ou planilha orçamentária, pois são tributos diretos e personalíssimos que devem onerar pessoalmente o particular e não a Administração Pública, em conformidade com item VIII da r. Decisão nº 623/2012-TCDF e com a Súmula 25410 do e. TCU.

35. Este Parquet especializado reforça que a especificação detalhada dos critérios que fundamentam a definição dos custos dos serviços ou obras é premissa básica para análise e julgamento das propostas nas contratações governamentais. Essa exigência é consectário dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo, todos norteadores das contratações públicas.

36. Sendo assim, no sentir desta Quarta Procuradoria, as irregularidades reportadas no subitem 2.1.1.3 (inclusão, aceite e pagamento de IRPJ, taxas e emolumentos e de despesas indiretas genéricas em bonificação de despesa - BDI) são passíveis de subsunção ao art. 17, III, da Lei Complementar nº 1/1994, o que autoriza a inclusão do achado como irregularidade no julgamento das contas em exame.

[...]

38. Este Parquet possui entendimento congruente com o esposado pela d. Segunda Procuradoria no Parecer nº 505/2015-CF, fls. 314/319, visto que o subitem noticia a ausência de apresentação de documentação comprobatória da aquisição de materiais relacionada aos Processos nº 138.000.961/2008, 138.002.017/2008, 138.000.714/2008 e 138.000.961/2008.

39. Diversamente do explanado pelo Corpo Instrutivo, a ausência de comprovante de aquisição de materiais empregados na obra configura ofensa aos arts. 52, I e II, e 56 do Decreto nº 16.098/1994. Do mesmo modo, a leitura sistemática da Lei nº 8.666/1993 conduz para que se entenda como obrigatória a apresentação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*documentos fiscais de aquisição de matérias empregados em obras/serviços de engenharia.*

*40. Importante trazer à baila o art. 6º, IX, da Lei Geral de Licitações, que apresenta o conceito de projeto básico. Segundo o dispositivo, o documento elaborado na fase de planejamento da licitação deve englobar elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço; ademais, deve possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazos de execução. Ainda, segundo a alínea c do referido inciso, o Projeto Básico deve permitir a identificação dos materiais e equipamentos a incorporar à obra.*

*41. Na mesma toada, ao estabelecer os procedimentos necessários para realização das licitações, a Lei nº 8.666/1993 assim dispõe em seu art. 7, § 2º:*

*“Art. 7 o As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: (...) § 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: (...)II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;” (Grifos acrescidos).*

*42. Dos dispositivos atinentes à fase interna da licitação, verifica-se que a pormenorização dos materiais a serem empregados é condição indispensável para a correta caracterização do objeto do certame e, por consequência, do procedimento licitatório. A propósito, destaca-se que o orçamento detalhado deve compor o edital da licitação (art. 40, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993), documento que vincula a Administração (art. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993).*

*43. Em tempo, cabe rememorar que a fase interna norteia a fiscalização da obra e as condições de pagamento. Os dispositivos da Lei Geral de Licitações acerca dessas nuances também corroboram a necessidade de apresentação de notas fiscais de aquisição de material na fase da execução das despesas.*

*44. Durante a fiscalização do contrato seria possível identificar vícios ou defeitos nas obras realizadas, os quais deveriam ser reparados às expensas da contratada, nos termos do art. 69 da Lei de Licitações e Contratos. Acrescenta-se que o referido artigo é claro ao afirmar a necessidade de substituição de materiais empregados.*

*45. Aos olhos do MPC/DF, durante a fase de fiscalização, a identificação dos materiais empregados na obra não prescinde da apresentação da documentação fiscal de aquisição, visto que nesse momento a Administração deveria cotejar os materiais empregados e os seus respectivos preços com o projeto básico e com a proposta apresentada.*

*46. Além disso, a correta verificação dos materiais empregados na*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*obra é condição fundamental para a liquidação da despesa, nessa etapa da execução, verifica-se, mediante títulos e documentos comprobatórios do crédito, o direito adquirido pelo credor, na forma dos arts. 52 e 56 do Decreto nº 16.098/1994.*

*47. Desse modo, a ausência dos documentos fiscais de aquisição de materiais inviabiliza a fiscalização da execução das obras, bem como a liquidação da despesa e, por conseguinte, o escoreito pagamento do compromisso assumido pelo Poder Público.*

*48. Com efeito, este Órgão Ministerial coaduna com o entendimento de que o subitem 2.1.1.4 (ausência de comprovação de aquisição de materiais no pagamento de obras de engenharia) configura irregularidade grave na gestão em exame, com o condão de macular o julgamento das contas da RA IX – Ceilândia, relativa ao exercício de 2008.*

*[...]*

*49. A peça Ministerial apresentada às fls. 314/319 do feito em epígrafe ratifica a posição do Corpo Instrutivo, no que concerne à insuficiência dos argumentos apresentados pelos justificantes para elidir as irregularidades identificadas nos subitens 2.1.2 (impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – Reforma de Praça e Quadra Poliesportiva), 2.1.3 (impropriedade na execução do Contrato nº 7/2007), 2.1.4.2 (revitalização de Centro Cultural – Processo nº 138.001.774/2007) e 2.1.4.3 (construção de arquibancadas – Processo nº 138.001.768/2007) do Relatório de Auditoria nº 21/2008 – DIRAG/CONT*

*50. Este MPC/DF coaduna com esse entendimento, visto que as falhas na fiscalização da execução dos contratos mencionados nos subitens em destaque caracterizam irregularidade grave na gestão.*

*51. Forçoso asseverar que, in casu, evidenciou-se falha sistemática na gestão, portanto é pertinente a menção ao decidido pelo c. TCU no v. Acórdão 3.137/2006 (Segunda Câmara, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 6/10/2006), segundo o qual “a multiplicidade de falhas e irregularidades, avaliadas em conjunto, e a repetição de algumas delas já apontadas em exercícios anteriores são fundamentos suficientes para a irregularidade das contas e a aplicação de multa ao responsável”. No presente caso, a multiplicidade de falhas atinentes ao cumprimento da Lei nº 8.666/1993, sobretudo em relação à prerrogativa de fiscalização dos contratos administrativos pelo Poder Público, enseja o julgamento irregular das contas dos responsáveis.*

*52. Nesse contexto, não é despiciendo destacar que o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos confere ao Poder Público a prerrogativa de fiscalizar a execução dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, também conhecida como cláusula exorbitante, o que aparentemente não ocorreu na espécie. Frisa-se que esse direito não é uma faculdade*





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

conferida à Administração, mas sim um dever, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado<sup>12</sup>.

53. Sobre o tema, este MPC/DF cita ensinamento de Marçal Justen Filho<sup>13</sup>: "O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III)".

54. Importante concluir que a obrigação de fiscalizar a execução de avenças e anotar as ocorrências relacionadas em registro próprio, como exemplo a ocorrência de entrega parcial de um objeto ou objeto sem condições de funcionamento, com o fito avaliar a regularidade do que está sendo realizado para evitar ocorrências que possam causar danos ao Erário, já foi abordada na jurisprudência desta c. Corte de Contas (e.g. r. Decisão nº 5.707/2006).

55. Dessa sorte, no sentir deste MPC/DF, os argumentos apresentados pelos justificantes não afastam as irregularidades contidas nos subitens 2.1.2 (impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – Reforma de Praça e Quadra Poliesportiva), 2.1.3 (impropriedade na execução do Contrato nº 7/2007), 2.1.4.2 (revitalização de Centro Cultural – Processo nº 138.001.774/2007) e 2.1.4.3 (construção de arquibancadas – Processo nº 138.001.768/2007) do Relatório de Auditoria nº 21/2008 – DIRAG/CONT.

56. Sendo assim, este Órgão Ministerial opina pela improcedência dos argumentos apresentados pelos Srs. Adauri da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva, em face da audiência determinada em razão dos subitens identificados na r. Decisão nº 3.132/2013, com o consequente julgamento irregular das contas do exercício de 2008.

57. Quanto aos outros achados identificados nos relatórios do Controle Interno, este MPC/DF acompanha os entendimentos consolidados na Informação nº 319/2014 – SECONT/2ª DICONT, fls. 294/313, e no Parecer nº 505/2015-CF, fls. 314/319."

4. Na Sessão de 17.3.2016, acolhi as fundamentações do nobre Procurador apenas no tocante ao subitem 2.1.1.1, proferindo o seguinte Voto:

"4. Das informações trazidas pelo nobre Procurador quanto ao **subitem 2.1.1.1** do Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT (parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade), é possível perceber que as empresas que firmaram os contratos apontados pelo Controle Interno, no valor total de R\$ 338.687,76, na verdade tiveram empenhos emitidos a seu favor no montante de R\$ 1.169.878,77, pois também participaram de outros convites durante o exercício de 2008.

5. Também extrai-se do Parecer-Vista (complementação) que tais



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*empenhos estão relacionados a realização de convites para execução de obras na Regional.*

*6. Em consulta ao sistema SIGGO, observa-se que, em uma amostra de 21 (vinte e um) convites, houve sistemática repetição das sociedades empresárias que contrataram com a Administração, dentre as quais se encontram a Skala Construtora e a Menezes Engenharia e Construção, empresas relacionadas às avenças identificadas pelo Controle Interno.*

*7. Dessa forma, com a exposição de fatos novos a respeito da matéria, revejo meu entendimento anterior.*

*8. O novo valor apontado pelo **Parquet** (R\$ 1.169.878,77) abrange não apenas obras de acessibilidade (R\$ 484.342,62)<sup>3</sup>, mas também reformas em feiras e escolas (R\$ 685.536,15)<sup>4</sup>.*

*9. Entretanto, forçoso reconhecer que as novas informações apresentadas demonstram que a falha apontada no subitem 2.1.1.1 não era prática de caráter apenas pontual na RA IX, sendo adotada em contratações também de outros objetos.*

*10. Dessa forma, a irregularidade de fracionamento do objeto licitatório deixou de apresentar baixa materialidade e, em que pese a impossibilidade de se mensurar o dano decorrente de tal prática, cumpre reconhecer que a menor publicidade na utilização da modalidade convite fez com que deixasse de haver ganhos de escala nas contratações firmadas.*

*11. Em consulta ao Sistema de Controle Externo – SISCOEX (fls. 359/367), identifica-se, por exemplo, coincidência de datas na emissão de empenhos a favor de uma mesma empresa, para convites distintos, mas cujo objeto era a construção de calçadas de acessibilidade naquela Regional<sup>5</sup>.*

*12. Ratifica-se, portanto, a improcedência da alegação dos justificantes de não haver créditos suficientes para realizar as obras de forma simultânea (fl. 296).*

*13. A vultuosa quantia utilizada no período para realização de convites de natureza semelhante ratifica a desobediência ao art. 23, § 5º, da Lei 8.666/93<sup>6</sup> e a repetição de empresas participantes desrespeita o princípio da impessoalidade e a previsão de inclusão de mais um interessado a cada novo convite realizado para objeto*

<sup>3</sup> Convites nºs 08/2008, 09/2008, 23/2008 e 24/2008.

<sup>4</sup> Convites nºs 12/2008, 27/2008, 41/2008, 42/2008 e 47/2008.

<sup>5</sup> Convites nºs 08/2008 e 09/2008.

<sup>6</sup> § 5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*idêntico ou assemelhado (art. 22, § 6º da Lei nº 8.666/93).*

*14. Por fim, destaca-se que tal falha também foi tratada pela Representação 3/2009-CF<sup>7</sup>, que noticiava indícios de fraude nos convites realizados para construção ou reforma de quadras poliesportivas, praças, feiras, calçadas, dentre outros, na Regional de Ceilândia, nos exercícios de 2008 e 2009.*

*15. No que tange aos demais subitens analisados nestas contas, com a devida vênia ao nobre Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, mantenho meu entendimento anterior.*

*Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:*

*I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Aduari da Silva Gomes (fls. 229/238), Renato Santana da Silva (fls. 251/253) e Leonardo Moraes (fls. 257/264 e 282/289) para, no mérito, considerá-las improcedentes;*

*II. julgue:*

*a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Francisco José Araújo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 1.1 a 10.4.2008), Jaci Lino da Cruz (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 11.4 a 14.10.2008), Edvan Matos Oliveira (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008), Arthur Bernardes de Miranda (Administrador Regional – Substituto, no período de 7 a 21.1.2008), Thalles Wanzeller Ribeiro (Diretor de Administração Geral, no período de 18 a 31.12.2008), Juscelino Moura da Silva (Diretor de Administração Geral – Substituto, no período de 28.3 a 11.4 e 23.5 a 6.6.2008) e Nilton Costa Macedo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprio – Substituto, no período de 27.10 a 25.11.2008);*

*b) com fundamento no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 01/94, c/c art. 167, inciso III, alínea “b”, do RI/TCDF, irregulares as contas dos Srs. Aduari da Silva*

<sup>7</sup> Processo nº 1.052/09. Sobrestado pela Decisão nº 3.942/12-CSPM até o deslinde da determinação constante do item II da Decisão nº 836/11-CSPM (“II. determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF que instaure os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no tópico I do relatório de inspeção, às seguintes empresas: **SKALA Construtora Ltda.**; **MULTWORK Construtora Ltda.**; **GABA Incorporadora Ltda.**; **METHA Construções e Reformas Ltda.**; **ITA Construções e Incorporações de Imóveis Ltda.**; **MG Construtora Ltda.**; **SCHIAVONI & MARTINS Engenharia Ltda.**; **DVT Engenharia Ltda.**; **LGP Construções e Projetos Ltda.**; **PIMAR Pirâmide Engenharia e Comércio Ltda.**; **ÁREA Engenharia Ltda.**; **MENEZES Engenharia e Construções Ltda.**; **FORMATO Comércio e Construções Ltda.**.”). (grifei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*Gomes (Administrador Regional, no período de 1º a 6.1 e 22.1 a 7.8.2008), Leonardo Moraes (Administrador Regional, no período de 8.8 a 31.12.2008) e Renato Santana da Silva (Diretor de Administração Geral, no período de 1.1 a 27.3, 12.4 a 22.5 e 7.6 a 17.12.2008), sem imputação de débito, em face da seguinte falha: subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;*

*III. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis indicados no inciso II, alínea “a”, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;*

*IV. aplique, nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94, aos responsáveis nominados no inciso II, alínea “b” a multa individual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), notificando-os a recolher o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorize, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;*

*V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;*

*VI. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do Processo nº 138.002.017/08 (apensado o Processo nº 480.000.412/09) à Região Administrativa IX.”*

5. Naquela ocasião, foi deferida vista dos autos ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 1.277/16-CPM, fl. 377).

6. O nobre Revisor apresentou o Voto-Vista de fls. 378/393, do qual destaco o seguinte trecho:

*“Ao compulsar o feito com maior vagar, entendo que o encaminhamento proposto pelo n. Relator na Sessão Ordinária n.º 4.836, de 21.01.2016, coaduna com o meu entendimento acerca da matéria examinada neste feito, senão vejamos.*

*O rol de impropriedades apontadas pelo Controle Interno no Certificado de Auditoria n.º 33/2010-DIRAG/CONT (fls. 496/497 do Apenso n.º 40.001.629/2009) que conduziriam ao julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis decorreria dos achados do Relatório de Auditoria n.º 33/2010 - DIRAG/CONT (fls. 471/495 do Processo n.º 040.001.629/2009) alusivos às irregularidades constantes nos subitens 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.4.1.1, 2.1.1.1, 2.1.1.3, 4.1.1.1, e dos itens 7 e 11; e das ressalvas apontadas nos subitens 2.1.1.2, 2.1.1.4, 2.2.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.2.1, 3.3.1, 5.1.1.1, 5.1.1.2 e dos itens 8 e 12.*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*O ilustre relator da matéria considerou no voto submetido ao Plenário na Sessão Ordinária n.º 4.852, de 17.03.2016, que somente a irregularidade inserta no subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010 - DIRAG/CONT conduziria ao julgamento pela irregularidade das contas dos gestores chamados em audiência no item V da Decisão n.º 3.132/2013, sem imputação de débito e com aplicação de multa aos responsáveis no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).*

*O subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010 - DIRAG/CONT abarcou a análise de parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade, oportunidade em que o Controle Interno discorreu que mediante realização distinta e sucessiva a jurisdicionada parcelou a construção de calçadas de acessibilidade no âmbito da RA IX, situação vedada pelo § 5º do art. 23 da Lei de Licitações, conforme evidenciado nos Processos n.ºs 138.000.713/2008 (construção de calçadas de acessibilidade no Metrô de Ceilândia no valor de R\$ 96.991,86), 138.001.463/2008 (construção de calçadas de acessibilidade em escolas de Ceilândia no valor de R\$ 97.163,60) e 138.001.730/2008 (construção de calçadas de acessibilidade no Condomínio Privê no valor de R\$ 144.532,30).*

*Observo que na análise da execução da gestão orçamentária de 2008 da Administração Regional de Ceilândia constou Programa de Trabalho relativo à execução de obras de acessibilidade em Ceilândia com despesa empenhada de R\$ 96.991,86 (fl. 473 do ap.) para o PT 15.451.0084.11110.7588 (fl. 76 do ap.), o qual teve dotação inicial para o exercício financeiro de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), tendo sido a fonte de recursos para o empenhamento dos serviços contratados no âmbito do Processo n.º 138.000.713/2008.*

*Constato, ainda, na análise da execução da gestão orçamentária de 2008 da Administração Regional de Ceilândia, que foi contemplado Programa de Trabalho relativo à execução de obras de construção de calçadas com rampas de acesso para portadores de necessidades especiais nas escolas de Ceilândia com despesa empenhada de R\$ 97.379,36 (fl. 473 do ap.) para o PT 15.451.1315.3588.7282 (fl. 80 do ap.), o qual teve dotação inicial para o exercício financeiro de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo sido a fonte de recursos para o empenhamento dos serviços contratados no âmbito do Processo n.º 138.001.463/2008.*

*Dessa forma, a meu sentir, não há que se falar em parcelamento de objeto para a execução de obras cujos recursos disponíveis decorriam de programas de trabalho de natureza diversa, afigurando-se situação que demanda tão somente aposição de ressalvas às contas anuais dos justificantes.*

*Por oportuno, observo que nos autos do Processo n.º 3.069/2010, o eminente Conselheiro Paiva Martins, examinando as contas*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9



*anuais da Administração Regional de Taguatinga de 2008, em voto submetido ao Plenário na Sessão Ordinária n.º 4.863 de 05.05.2016, propugnou para o julgamento das contas anuais do ordenador de despesas da RA III, da seguinte forma:*

*“com fulcro no art. 17, inciso III, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas, relativas ao exercício de 2008, do Sr. Benedito Augusto Domingos (Administrador Regional, nos períodos de 1º.1 a 10.7.2008 e 31.7 a 14.12.2008), em face das irregularidades apontadas no tópico IV do Relatório de Inspeção nº 04/2009, integrante do Processo nº 1.966/09, notadamente, a constatação de fracionamento irregular de licitações no exercício, o que ensejou a aplicação de multa ao responsável naqueles autos.”*

*Após pedido de vista decorrente da Decisão n.º 2.158/2016, o ilustre relator daquele feito apresentou relatório/voto acolhido à unanimidade pelo Tribunal na Decisão n.º 2.901/2016, de 07.06.2016, em relação ao titular da Administração Regional de Taguatinga à época, nos seguintes termos:*

*“III – julgar: ... b) com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, regulares, com ressalva, as contas: ...b.3) do Sr. Benedito Augusto Domingos (Administrador Regional, nos períodos de 01.1 a 10.7.2008 e 31.7 a 14.12.2008), em razão da multa que lhe foi aplicada pelo inciso IV, alínea ‘c’, da Decisão nº 3.797/10, proferida no Processo nº 1.966/09, em face das impropriedades apontadas no tópico IV do Relatório de Inspeção nº 04/2009, e das seguintes impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria nº 83/2009-DIRAG/CONT (fls. 516/545 do processo nº 040.001.224/09): i) 1.1.1 - Saldos pendentes de regularização; ii) 1.1.1.3 - Ausência de arrecadação de receita e reconhecimento dos direitos; iii) 1.1.1.4 - Ausência de atualização monetária e resgate de saldo em conta contábil depósitos de cauções em espécie; iv) 1.1.1.10 - Saldo de contas do ativo imobilizado; v) 2.2.1.1 - Pagamento de despesas com obra com ausência de atesto nas notas fiscais e sem relatório de acompanhamento; vi) 2.2.1.2 - Ausência de atestos nas notas fiscais, descrição de materiais adquiridos e relatórios de acompanhamento da obra, e termo definitivo de recebimento extemporâneo; vii) 2.2.1.3 - Ausência de boletins de ocorrência (diário de obra); viii) 2.2.1.4 - Realização de evento cultural em desacordo com as normas aplicáveis; ix) 2.2.1.5 - Contrato de limpeza, conservação e vigilância; x) 3.1.1 - Ausência de relatórios nos processos informando os valores pagos e a pagar dos permissionários de bancas de jornal e revistas; xi) 3.1.2 - Ausência de comprovante de pagamento; xii) 3.1.3 - Ausência de comprovante de pagamento das taxas dos quiosques; xiii) 5.1.2.2 - Concessão de indenização de transporte a*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*servidores com atividades não relacionadas na legislação e mapas de indenização preenchidos irregularmente; xiv) 5.1.2.3 - Ausência de cadastro básico do servidor (comprovante de solicitação) do auxílio transporte; xv) 5.1.2.4 - Ausência de controle nos comprovantes de residência dos servidores que recebem auxílio transporte;(…) (destaquei)*

*Ademais, observo que o n. Relator deste feito fundamentou sua alteração de entendimento em fatos novos a respeito da matéria que foram apontados pelo Parquet no pronunciamento de vista, pois que o novo valor de contratações fracionadas seria:" (R\$ 1.169.878,77) abrange não apenas obras de acessibilidade (R\$ 484.342,62)<sup>1</sup>, mas também reformas em feiras e escolas (R\$ 685.536,15)<sup>2</sup> ", e portanto, teriam o condão de modificar o encaminhamento da proposta de julgamento das contas no sentido de reconhecer que a falha apontada no subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010 - DIRAG/CONT não seria prática de caráter apenas pontual na RA IX, sendo adotada em contratações de outros objetos.*

*A meu sentir, mencionada assertiva do relator dos autos demandaria, preliminarmente, em homenagem ao devido processo legal e aos postulados do contraditório e da ampla defesa, nova audiência dos responsáveis para manifestarem-se acerca das impropriedades consignadas no Parecer de Vista n.º 70/2016-ML.*

*Entretanto, de forma diversa ao i. relator, tenho que as questões assinaladas pelo Parquet especial não se constituem em fato novo, visto que a Corte de Contas nos autos do Processo n.º 1.052/2009, também de relato do eminente Conselheiro Paiva Martins, examinou diversas contratações ocorridas no exercício de 2008 no âmbito da RA IX mediante realização de convite, para o qual o corpo instrutivo no presente feito havia indicado no parágrafo 13 da Informação n.º 207/2011 – 3ªICE/Divisão de Contas como passível de repercutirem no julgamento das contas, sem que constasse no rol de processos elencados no item II da Decisão n.º 669/2009, a seguir transcrita, com indícios de irregularidades, os processos administrativos elencados pelo Controle Interno no subitem 2.1.1.1 do referido relatório de auditoria:*

*"I. tomar conhecimento da Representação n.º 03/2009-CF e do Ofício n.º 10/2009-PG, ambos do Ministério Público junto à Corte, fls. 1/6 e 8/9, respectivamente; II. determinar, com fulcro no artigo 198 do Regimento Interno desta Corte, à Administração Regional de Ceilândia – RA IX a suspensão 'ad cautelam' da execução e dos respectivos pagamentos dos seguintes contratos celebrados pela RA, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, o relato das medidas adotadas: **Contrato n.º 029/2008 - Processo***

<sup>1</sup> Convites n.ºs 08/2008, 09/2008, 23/2008 e 24/2008.

<sup>2</sup> Convites n.ºs 12/2008, 27/2008, 41/2008, 42/2008 e 47/2008.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

**138.002.372/08; Contrato n° 030/2008 - Processo**  
**138.001.699/08; Contrato n° 031/2008 - Processo**  
**138.001.987/08; Contrato n° 032/2008 - Processo**  
**138.002.242/08; Contrato n° 033/2008 - Processo**  
**138.001.398/08; Contrato n° 034/2008 - Processo**  
**138.002.266/08; Contrato n° 035/2008 - Processo**  
**138.001.702/08; Contrato n° 036/2008 - Processo**  
**138.002.425/08; Contrato n° 038/2008 - Processo**  
**138.001.931/08 e Contrato n° 040/2008 - Processo**

**138.002.240/08;** III. autorizar, com fulcro no artigo 121, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, a realização de inspeção, no prazo de 08 (oito) dias, na Administração Regional de Ceilândia com vistas à apuração dos fatos denunciados pelo Ministério Público junto à Corte, relativos aos certames em apreço; IV. dar conhecimento dos autos à Corregedoria-Geral do Poder Executivo; V. encaminhar os autos à 1ª ICE, para os fins devidos. Parcialmente vencidos o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelos Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e RENATO RAINHA; o Conselheiro JORGE CAETANO, que votou pela exclusão da expressão 'da execução', constante do item II do voto do Relator, e os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e ANILCÉIA MACHADO, que votaram pela supressão do referido item."

Ocorre que o Processo n.º 1.052/2009, nos termos da Decisão n.º 3.942/2012, veio a ser sobrestado, in verbis:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Ofício n° 182/2012 – DAG, da Administração Regional de Ceilândia (fls. 346/350), considerando cumpridas as diligências constantes do inciso IV, alíneas "a" e "b", da Decisão n° 836/2011; b) dos documentos de fls. 351/352; II. sobrestar o exame de mérito dos autos, até o cumprimento da determinação contida no inciso II da Decisão n° 836/2011; III. determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle que, quando ultimadas as apurações, envie ao Tribunal os processos administrativos de que trata o inciso II da Decisão n° 836/11; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins devidos."

Por oportuno, tenho que nos autos do Processo n.º 1.052/2009 a Corte de Contas irá sopesar as condutas dos responsáveis, com a devida imputação das sanções regimentais. Considero que as presentes contas anuais encontram-se aptas a serem julgadas, posto que as falhas evidenciadas no subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010 - DIRAG/CONT demandam a aposição de ressalvas às contas dos gestores chamados em audiência, bem como aquelas elencadas na síntese de impropriedades/falhas elencadas pelo relator na minuta de Acórdão de regularidade com ressalvas das contas acostada à fl. 335/335-v.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*Dessa forma, tenho que a Corte de Contas em face do precedente do Processo n.º 3.069/2010, podem julgar regulares com ressalvas as contas dos justificantes Srs. Adauri da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva e julgar regulares as contas dos Srs. Francisco José Araújo, Jaci Lino da Cruz, Edvan Matos Oliveira, Arthur Bernardes de Miranda, Thalles Wanzeller Ribeiro, Juscelino Moura da Silva e Nilton Costa Macedo.*

*Diante de todo o exposto, com as devidas vênias, lamentando dissentir da Informação n.º 319/2014-SECONT/2ªDICONTE (fls. 294/313), do Parecer n.º 505/2015-CF (fls. 314/319), do Parecer de Vista n.º 70/2016-ML (fls. 337/356) e do voto apresentado pelo ilustre Relator na Sessão Plenária realizada em 17.03.2016, em harmonia com o entendimento anteriormente manifestado pelo n. Relator da matéria às fls. 320/334, com o adendo de inserir no rol de falhas tendentes à aposição de ressalvas a questão do fracionamento de licitações ocorridos no exercício de 2008, examinada no Processo TCDF n.º 1.052/2009, na modalidade convite, cujos ajustes constaram elencados no item II da Decisão n.º 669/2009, VOTO no sentido de que o eg. Plenário:*

*I. tome conhecimento:*

- a) da Informação n.º 319/2014 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 294/313);*
- b) do Parecer n.º 505/2015-CF (fls. 314/319);*
- c) do Parecer de Vista n.º 70/2016-ML (fls. 337/357);*

*II. julgue:*

*a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Francisco José Araújo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 1º.01 a 10.04.2008), Jaci Lino da Cruz (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 11.04 a 14.10.2008), Edvan Matos Oliveira (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008), Arthur Bernardes de Miranda (Administrador Regional – Substituto, no período de 07 a 21.01.2008), Thalles Wanzeller Ribeiro (Diretor de Administração Geral, no período de 18 a 31.12.2008), Juscelino Moura da Silva (Diretor de Administração Geral – Substituto, no período de 28.3 a 11.04 e 23.05 a 06.06.2008) e Nilton Costa Macedo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprio – Substituto, no período de 27.10 a 25.11.2008);*

*b) com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c art. 167, inciso II do RI/TCDF, regulares com ressalvas, as contas dos Srs. Adauri da Silva Gomes (Administrador Regional, no período de 1º a 06.01 e 22.01 a*





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

07.08.2008), Leonardo Moraes (Administrador Regional, no período de 08.08 a 31.12.2008) e Renato Santana da Silva (Diretor de Administração Geral, no período de 1º.01 a 27.03, 12.04 a 22.05 e 07.06 a 17.12.2008), em face das seguintes falhas:

- 1) subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010-DIRAG/CONT – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;
- 2) subitem 2.1.1.3 do Relatório de Auditoria n.º 33/2010-DIRAG/CONT – inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI);
- 3) subitem 2.1.2 do Relatório de Auditoria n.º 21/2009 - DIRAG/CONT – impropriedades na liquidação do Processo n.º 138.001.773/2007 – reforma de praça e quadra poliesportiva;
- 4) subitem 2.1.3 do Relatório de Auditoria n.º 21/2009 - DIRAG/CONT – impropriedade na execução do Contrato n.º 07/2007;
- 5) subitem 2.1.4.2 do Relatório de Auditoria n.º 21/2009 - DIRAG/CONT – revitalização de Centro Cultural (Processo n.º 138.001.774/2007);
- 6) subitem 2.1.4.3 do Relatório de Auditoria n.º 21/2009 - DIRAG/CONT – construção de arquibancadas (Processo n.º 138.001.768/2007);
- 7) irregularidades apontadas no Relatório de Inspeção n.º 02/2009, integrante do Processo n.º 1.052/2009, notadamente na constatação de fracionamento irregular de licitações na modalidade convite no exercício de 2008, cujos ajustes constaram elencados no item II da Decisão n.º 669/2009;

III. determine, nos termos do art. 19 da Lei Complementar n.º 01/1994, aos responsáveis ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar n.º 01/1994, os responsáveis quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;

V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que ora submeto à apreciação do e. Plenário;





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*VI. autorize:*

*a) a devolução à Administração Regional de Ceilândia dos Processos n.ºs 040.001.629/2009 e 480.000.412/2009, bem como do apenso a este último sob o n.º 138.002.017/2008;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para os fins pertinentes e posterior arquivamento.”*

7. Na Sessão de 23.6.2016, acolhi parcialmente as ponderações do 1º Revisor, ratificando meu entendimento inicial sobre a matéria nos seguintes termos:

*“7. O nobre Revisor alinha-se ao meu entendimento inicial<sup>1</sup> com adendo de inserir no rol de ressalvas a falha examinada no Processo nº 1.052/09<sup>2</sup> (fracionamento de licitação).*

*8. Cumpre esclarecer que no intervalo de tempo entre a apresentação do Parecer Complementar do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (5.2.2016) e do nobre Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (14.6.2016), ratifiquei meu entendimento inicial sobre a matéria quando do julgamento do Processo nº 3.069/10<sup>2</sup>, que trata de situação análoga.*

*9. Naqueles autos, entendi que diante da impossibilidade de efetiva identificação da ocorrência de prejuízo ao erário, decorrente do parcelamento de objeto licitatório, a falha deveria ser mantida apenas como ressalva às contas.*

*10. Em relação à proposta do nobre Revisor de inserir no rol de ressalvas os contratos tratados no âmbito do Processo nº 1.052/09, e também celebrados mediante convites, deixo de acolhê-la.*

*11. Os ajustes mencionados pela Decisão nº 669/09-CSPM<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> VOTO de fls. 320/335-v, apresentado por este Relator na S.O nº 4.836, de 17.3.2016.

Na ocasião votei pela regularidade das contas dos Srs. Adauri da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva, com as ressalvas constantes dos subitens 2.1.1.1 (parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade) e 2.1.1.3 (inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa-BDI) do Relatório de Auditoria nº 33/10 e 2.1.2 (impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/2007 – reforma de praça e quadra poliesportiva), 2.1.3 (impropriedade na execução do Contrato nº 07/2007), 2.1.4.2 (revitalização de Centro Cultural (Processo nº 138.001.774/2007) e 2.1.4.3 (construção de arquibancadas (Processo nº 138.001.768/2007) do Relatório de Auditoria nº 21/09.

<sup>2</sup> Possíveis irregularidades na execução de contratação de obras mediante convites na RA IX - Ceilândia.

<sup>2</sup> Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa e dos Agentes de Material da Região Administrativa III – Taguatinga, referente ao exercício de 2008.

<sup>3</sup> “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, à exceção do prazo mencionado no item III, que, em acolhimento a voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, foi fixado em 08 (oito) dias, decidiu: [...] II. determinar, com fulcro no artigo 198 do Regimento Interno desta Corte, à Administração Regional de Ceilândia – RA IX a suspensão “ad cautelam” da execução e dos respectivos pagamentos dos seguintes contratos celebrados pela RA, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias,



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*(exarada no Processo nº 1.052/09) foram **rescindidos** antes mesmo da referida deliberação plenária, conforme informado pela Unidade Instrutiva à fl. 85 daqueles autos, razão pela qual devem não refletir nestas contas.”*

8. Naquela Sessão, a Corte deferiu vista dos autos à Conselheira ANILCEIA MACHADO (Decisão nº 3.196/16-CPM, fl. 410).

9. A 2ª Revisora apresentou o Voto-Vista de fl. 411, acompanhando o encaminhamento por mim proposto.

10. Na Sessão do dia 19.7.2016, foi deferida vista dos autos ao Conselheiro PAULO TADEU (Decisão nº 3.615/16-CPM, fl. 428).

11. O nobre Revisor apresentou o Voto-Vista de fls. 429/443 com o seguinte teor:

*“Pedi vista dos autos para melhor inteirar-me da matéria neles tratada.*

*Após ler atentamente os pareceres lançados, concluo, haja vista a boa qualidade das peças produzidas, que a matéria foi amplamente debatida.*

*A unidade técnica sugere a procedência parcial das defesas, a irregularidade das contas e aplicação de multa aos gestores. Enquanto o nobre Relator vota pela regularidade das contas, com ressalvas.*

*Cotejando as duas posições, convenço-me de que a tese sustentada pela unidade técnica, endossada pelo Parquet, é a que melhor se adequa à matéria em análise.*

*Peço vênias para transcrever excerto da Informação nº 319/2014 (fls. 294/313), a qual adoto como razão de decidir:*

*9. No período ao qual se referem estas contas anuais, os responsáveis pela jurisdicionada foram os indicados a seguir:*

Nome	Cargo	Período
------	-------	---------

o relato das medidas adotadas: Contrato nº 029/2008 - Processo 138.002.372/08; Contrato nº 030/2008 - Processo 138.001.699/08; Contrato nº 031/2008 - Processo 138.001.987/08; Contrato nº 032/2008 - Processo 138.002.242/08; Contrato nº 033/2008 - Processo 138.001.398/08; Contrato nº 034/2008 - Processo 138.002.266/08; Contrato nº 035/2008 - Processo 138.001.702/08; Contrato nº 036/2008 - Processo 138.002.425/08; Contrato nº 038/2008 - Processo 138.001.931/08 e Contrato nº 040/2008 - Processo 138.002.240/08;”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

Adauri da Silva Gomes	Administrador Regional	1º a 6.1 e 22.1 a 7.8.2008
Leonardo Moraes	Administrador Regional	8.8 a 31.12.2008
Arthur Bernardes de Miranda	Administrador Regional - Substituto	7 a 21.1.2008
Renato Santana da Silva	Diretor de Administração Geral	1.1 a 27.3, 12.4 a 22.5 e 7.6 a 17.12.2008
Thalles Wanzeller Ribeiro	Diretor de Administração Geral	18 a 31.12.2008
Juscelino Moura da Silva	Diretor de Administração Geral - Substituto	28.3 a 11.4 e 23.5 a 6.6.2008
Francisco José Araújo	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	1.1 a 10.4.2008
Jaci Lino da Cruz	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	11.4 a 14.10.2008
Edvan Matos Oliveira	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008
Nilton Costa Macedo	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprio - Substituto	27.10 a 25.11.2008



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*ICE/Divisão de Contas (fls. 45-52) e na Informação nº 89/2013 (fls. 176-197), dos esclarecimentos oferecidos pelos Srs. Aduari da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva, bem como do exame ora realizado, temos que as ocorrências referidas nos subitens 1.3.1, 1.3.3, 1.4.1.1, 2.1.1.4, 2.2.1, 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.2.1, 3.3.1, 4.1.1, 5.1.1.2, 7, 8 e 12 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT (fls. 471-495\*) não comprometem a regularidade da gestão, porque foram satisfatoriamente justificadas/corrigidas ou não possuem representatividade/relevância.*

*11. Já os subitens a seguir apontam para a existência de falhas que justificam ressalvas às presentes contas:*

Subitens	DESCRIÇÃO
<b>Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT (fls. 471-495*)</b>	
1.3.2	Pagamento de despesas correntes de próprios do DF não constantes da carga geral da RA-IX
2.1.1.2	Ausência de prova de recolhimento de caução contratual
5.1.1.1	Ausência de segregação e controle de materiais de terceiros estocados em almoxarifado
11	Providências a informar, relativamente ao Relatório de Inspeção nº 02/2009/CONT – Processo nº 480.000.421/2009
<b>Relatório de Conformidade Contábil (fls. 315-317*)</b>	
1.2	112192500 (Permissionários a receber)
<b>Relatório de Auditoria nº 21/2009 – DIRAG/CONT (fls. 113-142)</b>	
2.1.4.4	Processo nº 138.001.769/2007 – Construção de salão comunitário
<b>Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197-200*)</b>	
3	Bens doados sem identificação
4	Bens sem plaqueta de tombamento

*12. Por outro lado, os subitens abaixo importam irregularidades às presentes contas, tendo em vista reportarem-se a questões graves ocorridas no exercício de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

2008:

SUBI TENS	DESCRIÇÃO
<b>Relatório de Auditoria nº 33/2010 – DIRAG/CONT (fls. 471-495*)</b>	
2.1.1. 1	Parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade
2.1.1. 3	Inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI)
<b>Relatório de Auditoria nº 21/2009 – DIRAG/CONT (fls. 113-142)</b>	
2.1.2	Impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – Reforma de Praça e Quadra Poliesportiva
2.1.3	Impropriedades na execução do Contrato nº 7/2007
2.1.4. 2	Revitalização de Centro Cultural (Processo nº 138.001.774/07)
2.1.4. 3	Construção de arquibancadas (Processo nº 138.001.768/07)

13. Assim, de acordo com a análise efetuada, podem ser julgadas irregulares as contas dos Srs. Aduari da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva, nos termos do art. 17, III, “b”, da LC nº 1/1994, c/c o art. 167, III, “b”, do RI/TCDF, pelas falhas indicadas no parágrafo anterior desta Informação e referidas nos Relatórios de Auditoria nºs 33/2010 – DIRAG/CONT (fls. 471-495\*) e 21/2009 – DIRAG/CONT (fls. 113-142).

14. Como indicado no § 68 da Informação nº 89/2013 (fl. 195), não foi apontada impropriedade relevante que afetasse as contas dos Agentes de Material abaixo relacionados, podendo serem julgadas regulares com ressalvas as suas contas, nos seguintes termos:

Agente de Material	Ressalva
Francisco José Araújo – Chefe do Núcleo de	- subitem 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 -DIRAG/CONT (fls. 471-495 do





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

Material, Patrimônio e Próprios  De 1.1 a 10.4.2008	Processo nº 040.001.629/2009 <sup>3</sup> ;  - subitens 3 e 4 do Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197-200 do Processo nº 040.001.629/2009).
Jaci Lino da Cruz - Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios  De 11.4 a 14.10.2008	- subitem 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 -DIRAG/CONT (fls. 471-495 do Processo nº 040.001.629/2009);  - subitens 3 e 4 do Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197-200 do Processo nº 040.001.629/2009).
Edvan Matos Oliveira - Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios  De 15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008	- subitem 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 -DIRAG/CONT (fls. 471-495 do Processo nº 040.001.629/2009);  - subitens 3 e 4 do Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197-200 do Processo nº 040.001.629/2009).

15. Já em relação aos Srs. Arthur Bernardes de Miranda, Thalles Wanzeller Ribeiro e Juscelino Moura da Silva, ordenadores de despesa, e o Sr. Nilton Costa Macedo, agente de material, em vista do curto período de suas gestões e como não foi apontada impropriedade a eles, podem ter as suas contas julgadas regulares nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/1994, c/c o art. 167, I, do RI/TCDF.

Em razão da irregularidade das contas, nos termos do art. 20, parágrafo único, da LC nº 01/94, deve ser aplicada multa aos Srs. Adauri da Silva Gomes, Leonardo Moraes e Renato Santana da Silva, que fixo no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Pelo exposto, voto no sentido de que o e. Plenário:

I - tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Adauri da Silva Gomes (fls. 229/238), Renato Santana da Silva (fls. 251/253) e Leonardo

<sup>3</sup> Entendemos que o subitem 1.3.2 do Relatório de Auditoria nº 33/2010 -DIRAG/CONT (fls. 471-495 do Processo nº 040.001.629/2009), não pode macular as contas dos agentes de material, por não ser de sua competência.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 1.312/11  
Rubrica

*Moraes (fls. 257/264 e 282/289) para, no mérito, considerá-las improcedentes;*

*II - julgue:*

*a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o art. 203, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Arthur Bernardes de Miranda, Thalles Wanzeller Ribeiro e Juscelino Moura da Silva, ordenadores de despesa, e do Sr. Nilton Costa Macedo, agente de material;*

*b) com fundamento no art. 17, II, da LC nº 1/1994, c/c o art. 204, do RI/TCDF, regulares com ressalvas as contas dos Srs. Francisco José Araújo, Jaci Lino da Cruz e Edvan Matos Oliveira, pelas falhas indicadas nos subitens: a) 5.1.1.1 – ausência de segregação e controle de materiais de terceiros estocados em almoxarifado, do Relatório de Auditoria nº 33/2010 - DIRAG/CONT (fls. 471-495 do Processo nº 040.001.629/2009); b) 3 – bens recebidos de doação sem plaquetas de identificação e 4 – bens sem plaqueta de tombamento, do Relatório – Bens Móveis e Semoventes nº 056/2009 – NUREP – GERES – DGPAT – SUPRI/SEPLAG (fls. 197-200 do Processo nº 040.001.629/2009);*

*c) com fundamento no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 01/94, c/c art. 205, inciso II, do RI/TCDF, irregulares as contas dos Srs. Adauri da Silva Gomes (Administrador Regional, no período de 1º a 6.1 e 22.1 a 7.8.2008), Leonardo Moraes (Administrador Regional, no período de 8.8 a 31.12.2008) e Renato Santana da Silva (Diretor de Administração Geral, no período de 1.1 a 27.3, 12.4 a 22.5 e 7.6 a 17.12.2008), sem imputação de débito, em face da seguinte falha: subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;*

*III. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis indicados no inciso II, alíneas “a” e “b”, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;*

*IV. aplique, nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94, aos responsáveis nominados no inciso II, alínea “c” a multa individual de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), notificando-os a recolher o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorize, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 1.312/11

Rubrica

*V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;*

*VI. autorize:*

*a) a devolução do Processo nº 138.002.017/08 (apensado o Processo nº 480.000.412/09) à Região Administrativa IX;*

*b) o retorno dos autos à SECONT, para a adoção das providências cabíveis.”*

Lamentando divergir do i. Revisor Conselheiro PAULO TADEU e convencido do meu posicionamento apresentado em sessão pretérita, reapresento os autos e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Aduari da Silva Gomes (fls. 229/238), Renato Santana da Silva (fls. 251/253) e Leonardo Moraes (fls. 257/264 e 282/289) para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. julgue:

a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Francisco José Araújo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 1.1 a 10.4.2008), Jaci Lino da Cruz (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 11.4 a 14.10.2008), Edvan Matos Oliveira (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios, no período de 15 a 26.10 e 26.11 a 31.12.2008), Arthur Bernardes de Miranda (Administrador Regional – Substituto, no período de 7 a 21.1.2008), Thalles Wanzeller Ribeiro (Diretor de Administração Geral, no período de 18 a 31.12.2008), Juscelino Moura da Silva (Diretor de Administração Geral – Substituto, no período de 28.3 a 11.4 e 23.5 a 6.6.2008) e Nilton Costa Macedo (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprio – Substituto, no período de 27.10 a 25.11.2008);

b) com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, c/c art. 167, inciso II do RI/TCDF, regulares, com ressalvas, as contas dos Srs.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 1.312/11  
Rubrica

Adauri da Silva Gomes (Administrador Regional, no período de 1º a 6.1 e 22.1 a 7.8.2008), Leonardo Moraes (Administrador Regional, no período de 8.8 a 31.12.2008) e Renato Santana da Silva (Diretor de Administração Geral, no período de 1.1 a 27.3, 12.4 a 22.5 e 7.6 a 17.12.2008), em face das seguintes falhas:

- 1) subitem 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – parcelamento de objeto licitatório na construção de calçadas de acessibilidade;
- 2) subitem 2.1.1.3 do Relatório de Auditoria nº 33/2010-DIRAG/CONT – inclusão, aceite e pagamento do IRPJ, taxas, emolumentos e de despesa indiretas genéricas em bonificação de despesa (BDI);
- 3) subitem 2.1.2 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 -DIRAG/CONT – impropriedades na liquidação do Processo nº 138.001.773/07 – reforma de praça e quadra poliesportiva;
- 4) subitem 2.1.3 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 -DIRAG/CONT – impropriedade na execução do Contrato nº 7/2007;
- 5) subitem 2.1.4.2 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 -DIRAG/CONT – revitalização de Centro Cultural (Processo nº 138.001.774/07);
- 6) subitem 2.1.4.3 do Relatório de Auditoria nº 21/2009 -DIRAG/CONT – construção de arquibancadas (Processo nº 138.001.768/07);

III. determine, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 01/94, aos responsáveis ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão Administrativa nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.9



Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;

V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VI. autorize o arquivamento dos autos e a devolução dos processos apensos à origem.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas

DIGITIZADO